

Memória da Comissão Técnica - PDUI -RMSP

Data: 22 de Junho de 2016

Ver lista de Presença

Pauta:

1. Apresentação do texto de estrutura do PDUI - Emplasa

- Chucre (Emplasa) inicia a reunião esclarecendo sobre o cancelamento da reunião de Governança na data de hoje. A ideia é estruturar melhor essa discussão e chegar à próxima semana com uma proposta de calendário. Teríamos uma estrutura de governança mais objetiva e já pactuada entre os atores.
- Carol esclarece dúvidas de participantes: não tinha um plano estruturado para se discutir no GT de Governança nesta data. Hoje, pela manhã, houve uma reunião da organização e se decidiu ter um plano de trabalho que ao final de um mês se tenha um conjunto de diretrizes e seja validado junto aos atores. Durante o mês de julho, haverá o GT_Governança com base nesse plano de trabalho que será disponibilizado com a maior brevidade.
- Joaquim pede que o plano de trabalho seja repassado rapidamente ao GT Governança.
- Hamilton corrobora com as falas anteriores e diz que o Consórcio quer apresentar uma contribuição.
- Carlos e Joaquim pedem que seja encaminhando antes aos membros do GT.
- Chucre diz que vai repassar a estrutura do plano. Joaquim diz que são 25 membros da Comissão Técnica e os mesmos têm a responsabilidade de repassar e trazer o consenso de quem essas pessoas representam.
- Carol diz que o Comitê Executivo é que deve aprovar e determinar as diretrizes. Portanto, sugere que as contribuições devem ser encaminhadas ao Comitê Executivo. Joaquim diz que a Comissão Técnica tem igualmente esse papel e avalia antes do Comitê Executivo.

A Emplasa trabalhou com os dois textos existentes e fará essa apresentação.

Aurea inicia sua apresentação dizendo que houve solicitação por parte de Chucre de que houvesse um esforço para compor o texto.

Buscou-se o apoio do que a Emplasa produziu até aqui e o documento anteriormente apresentado foi analisado(da PMSP): Termo de Referência, Plano de Trabalho, Guia Metodológico. A partir disso, dois documentos da Emplasa: Visões da Metrópole e "texto da Diana".

As propostas foram observadas e deverá haver um capítulo que faça essa síntese. Em seguida, discussão de princípios, objetivos e diretrizes. Estrutura e apresenta uma proposta de ordenamento territorial.

Na introdução devem ficar claros os objetivos do PDUI: planejamento e gestão. Este plano trabalha com a dimensão físico-territorial. Não é uma trincheira de todas as lutas. Tem campo de ação circunscrito e isso deve ficar claro. Explicita um pacto entre os diversos atores regionais: setor produtivo, setor imobiliário, grandes obras de infraestrutura. Feitas essas conversas, teremos o pacto. Depois, teremos os instrumentos de financiamento, para além dos fundos. Que outros instrumentos podem ser mobilizados e funcionar como instrumento de governança interfederativa? Isso será usado como instrumento de negociação com municípios e União. Daí deriva o projeto de lei que é iniciativa do GESP.

Esse plano deve ser construído por meio de um processo democrático e transparente, com estruturas e sistemas de participação. Deve haver um capítulo sobre isso no Caderno.

Os conteúdos contemplam o que está no Estatuto da Metrópole: as FPICs, o macrozoneamento (territórios, projetos e ações metropolitanas), Planos Diretores que devem ser revistos naquilo em que conflitam com o PDUI. Que os Planos setoriais possam ser revistos com aquilo que o Plano define.

Articulação das propostas com macrozoneamento, proposta de ordenamento que o PDUI está formalizando. Áreas definidas com restrições e delimitação das áreas sujeitas a controles especiais. É preciso que se delimite áreas com complementariedade funcional, compensação para que essa estrutura que pode se adensar, ofereça àqueles que não podem construir nada por aqueles que são áreas de mananciais, por exemplo. Há que se estabelecer um sistema de complementariedade de funções, portanto.

Quanto ao Diagnóstico, vamos sintetizar os principais gargalos, potencialidades e desafios da RMSP. Questões estruturais do desenvolvimento metropolitano e priorização das FPICs. Não trabalhar com todas.

Trabalhar com os seguintes eixos estruturais:

1. Habitação e vulnerabilidade social
2. Desenvolvimento econômico, social e urbano
3. Meio Ambiente, saneamento e recursos hídricos
4. Mobilidade, transporte e logística
5. Governança e fundos interfederativos

A prevalência do interesse metropolitano sobre os interesses locais, pactuação dos projetos ou ações estratégicos, compartilhamento de ações de promoção do desenvolvimento.

Carlos comenta sobre a palavra "prevalência".

O plano indica territórios para intervenções de caráter metropolitano.

Superação de conflitos de integração e governança metropolitana.

È claro que temos desigualdades espaciais muito importantes no território da RMSP. Há conflitos entre a expansão e a conservação do meio ambiente. É preciso ordenar a ocupação desse território juntando os eixos de media e alta capacidade .

Este programa para:

1. Promoção da cidadania metropolitana...

A propósito do ordenamento do território, temos que indicar as áreas a preservar passíveis de adensamento, aquelas necessárias à regularização fundiária, a de parques, etc e as de sistemas de infraestrutura metropolitana e transportes.

O macrozoneamento considera a diversidade de situações socioeconômicas e urbanas e as distintas funcionalidades e complementaridades dos territórios. Tem caráter orientador, não é prescritivo. A prescrição é dos municípios, por disposição constitucional. Os programas metropolitanos são componentes da política de ordenamento e objetivam responder aos problemas mais específicos, com caráter territorial ou não. Os projetos de intervenção devem ter caráter metropolitano.

Além desses instrumentos, há outro capítulo que trata de outros instrumentos a serem mobilizados: consórcios do lixo, por ex, contratos de gestão, PPP, fundos com vários formatos, etc. Haveria um capítulo específico com todas as propostas de ação (mais de 150).

Discussões:

Carlos: Teremos uma semana para discutir, mas quero chamar a atenção para a questão das competências locais e regionais. O PDUI é orientador no que concerne aos planos diretores de caráter metropolitano e não em todas as questões.

Aurea concorda. Não há como o PDUI entrar nas políticas locais, mas sim, naquilo que conflita. Ex: área do município de interesse para preservação e outro município que grafa-la como industrial. **Outras situações, não fazem sentido.**

Levi: Em relação ao município com pouca representatividade. É fácil tingir de verde o município que já é verde. O PD local deve se enquadrar, mas não dá para impor ao município e ele não tem acesso ou voz para interferir no PDUI e permanecer como está. O que preocupa são os municípios com 100% em áreas de mananciais. Controle e compensação.

Saulo: Cumprimenta as duas instituições que fizeram o esforço de agregar e diz que o documento está ficando muito bom. O diagnóstico de sustentação do plano tem muito conteúdo e pergunta se isso será mais desenvolvido ou será apenas uma degustação? Instrumentos de financiamento ainda está muito etéreo. O ordenamento territorial também. Ainda está no campo da intenção e não passa disto?

Chucré esclarece que quanto ao diagnóstico, há muita informação. Não só da Emplasa, mas também do ABC. Podemos aproveitar o que já temos pronto. Nas mais diversas áreas temos muita informação.

Aurea faz um adendo: Há uma forma para se disponibilizar todo esse material, como anexo. É preciso mostrar que a proposta não é de graça. É preciso escrever sobre as

questões fundamentais do desenvolvimento, não preciso colocar tudo, apenas aquilo que justifica nossa proposta.

Chucré diz sobre os fundos: Há estruturas de governança existentes e que podemos usar inclusive, os fundos já existentes. Funcionamento das Agencias já existentes também podem servir de modelo.

Saulo diz que sua dúvida é saber se vamos sair com algo concreto em termos de financiamento. Quanto às estruturas de ordenamento territorial, a preocupação é a mesma, ou seja, de que sejam concretas.

Brigida: Para se falar em financiamento e recurso, é importante termos o caderno de sustentação.

Livia: Dúvida quanto à forma de trabalho. Discutiremos a redação ou a estrutura? Pensou que a Emplasa destacaria as mudanças. Há itens que são idênticos. Há conceitos que não são claros.

Aurea esclareceu que o texto da PMSP não é o orientador e não foi dessa forma que se trabalhou.

Joaquim: Foi dito que a Emplasa usaria o texto da PMSP de forma consolidada e não dizer que o texto é da Emplasa. Citar Visões da Metropole como referencia não bibliografia e não é correta. A responsabilidade da Emplasa é de consolidar um texto único. Apenas o Guia Metodológico merece ser citado. Outro ponto é que o PDUI que estamos construindo tem duas dimensões: O que fazer e como fazer? Os GTs devem ser re-mobilizados para se seguir as discussões. Recursos hídricos, saneamento, mobilidade e território. Pede que a apresentação seja enviada. **Carolina** vai mandar a apresentação da PMSP.

Carolina: Na mesma linha de intervenção do Saulo. Tem uma questão: Precisamos de um texto muito objetivo, muito operativo. Tem que ter cara de projeto de lei e ser menos acadêmico. Esse texto merece reposicionamento. Separar uma introdução sobre um processo; diagnóstico fica como anexo. O que é fundamento deve ser um capítulo. O que temos que encaminhar ao Comitê Executivo deve ter mais claro. O que é o escopo do PDUI e o que não é o PDUI. Este texto dá mais a entender que o PDUI é mais uma concertação de planos diretores do que o que ele é realmente. Para não dar a entender que ele não fala sobre tudo. Senão, parece ser uma tese academica. Teria que ser mais na linha do texto da Prefeitura. Isso é uma questão bem estratégica para pactuarmos e seguirmos adiante. Falo mais de estilo para o texto.

Chucré pergunta se todo mundo tem o mesmo entendimento que o caderno de proposta em conjunto com o plano vai gerar o projeto de lei. Estamos no momento "1" que é a estruturação do Plano e no segundo momento, o Projeto de Lei. Carolina alerta que desde já ele deve ser o mais objetivo possível.

Regina: Tem a mesma impressão de Carol. O texto é bem diferente do texto da PM de São Paulo e parece mais intenção e não o trabalho iniciado. Acho que deveria ser uma coisa mais concreta, dentro do que já construímos. O item 9 dá a impressão que já foi feito o

plano. Quanto à questão da "prevalência", dita por Carlos, não faz muito sentido, um prefeito não aprovaria uma proposta que fira a autonomia do seu município. Regina diz que não gosta do termo complementaridade. O Estatuto sugere que se ultrapasse isso e se constitua um pacto. Que governança estamos falando? De nenhuma, por enquanto.

Aurea faz um esclarecimento: O esforço foi o de imaginar a estrutura do caderno mais à frente, daí imaginar que o futuro já chegou. Há coisas não definidas como ordenamento do território. Não dá para colocar ainda. Não dá para se cobrar uma coisa diferente daquilo que se pediu. As referências sobre os textos que seriam da Emplasa, são de fato, da Emplasa.

Hamilton: Diz que tem muitas ansiedades. Esse processo vai passar por um bombardeio. Acho que temos que fazer algo concreto. O PDUI não vai dar conta de todos os detalhes, não dá respostas a tudo e a Governança vai ganhar cada vez mais peso e é ela que dará respostas mais a frente. Entraram muitos atores ainda e, portanto, o texto deve ser muito preciso. A questão da autonomia dos municípios pode estar sendo ferida? Não sei. Há posições radicalmente controversas.

Publico (CET): Concorda com Carolina pois temos que refletir sobre qual estrutura de texto é melhor para dar suporte a um projeto de lei. Temos que ter um texto objetivo e espero que assim seja na próxima reunião. A proposta de São Paulo vai direto ao ponto e a da Emplasa é mais convencional. O Guia Metodológico fala das duas coisas: caderno de propostas e caderno de sustentação (que conteria todas as propostas da sociedade civil que irá junto com o PL). O caderno de propostas vai para as oficinas e audiências regionais.

A estratégia dos dois textos é a mesma no último capítulo, onde todas as propostas sejam incorporadas.

Outros Assuntos:

Sobre os GTs: As fichas de habitação e meio ambiente estão consolidadas. Retomar os GTs a partir dessa primeira semana de julho. Concentra-se em governança, macrozoneamento e desenvolvimento econômico.

Sobre o Ministério Público: O Procurador acabou de assumir e houve uma primeira reunião reivindicada por Pedretti, pois a própria lei coloca isso. A gestão vai acompanhar o processo do PDUI. Tudo foi esclarecido ao Procurador e ele ficou de verificar como será essa participação.

Sobre a OAB: Carlos disse que o quórum não foi alto, mas foi uma primeira pedrinha e a OAB percebeu a importância de levar à cabo o trabalho.

Marcar com a sociedade civil organizada, para julho, encontros com Universidades, etc.

Informe sobre a Conferência das Cidades, no município de São Paulo. Haverá uma mesa.